

Avaliação e Intervenção na Área das NEE

 Ministério da
Educação


Direcção-Geral de Inovação
e de Desenvolvimento Curricular

Índice

1. Avaliação das NEE.....	Pág. 3
1.1 Sistema Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF): explicitação de conceitos..	Pág. 4
1.2 Aplicação da CIF na área das NEE.....	Pág. 10
1.2.1 Conceito de NEE.....	Pág. 10
1.2.2 Modo de operacionalização da CIF no processo de avaliação das NEE.....	Pág. 13
2. Organização da Intervenção Educativa.....	Pág. 18
2.1 Conceito de currículo.....	Pág. 18
2.2 A organização da resposta educativa para alunos com NEE de carácter prolongado: considerações gerais	Pág. 21
Referências Bibliográficas.....	Pág. 27
Anexos	Pág. 28

Nota

O presente documento constitui um instrumento de trabalho de apoio ao docente de educação especial no processo de Avaliação e Intervenção de alunos com NEE de carácter prolongado.

Adopta-se um modelo de classificação de funcionalidade dinâmico, interactivo e multidimensional, tendo por referência a CIF, Sistema de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da OMS (2001). Este corresponde a um paradigma em que as questões de funcionalidade do indivíduo são vistas à luz de um modelo que abrange diferentes dimensões, resultando a funcionalidade de uma contínua interacção entre a pessoa e o ambiente que a rodeia.

Este instrumento de trabalho tem vindo a ser validado no terreno por profissionais de Educação, Segurança Social e Saúde e em Oficinas de Formação orientadas por esta DGIDC/DSEEASE

Avaliação e intervenção na área das NEE

1. Avaliação das NEE

A avaliação das Necessidades Educativas Especiais (NEE) das crianças e jovens que frequentam as estruturas regulares de ensino é um processo de grande complexidade que envolve diferentes dimensões, não se devendo centrar exclusivamente nos problemas dos alunos, como também em todos os factores que lhe são extrínsecos e que podem constituir a causa primeira das suas dificuldades.

O novo Sistema de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (2001) vai ao encontro das exigências decorrentes de uma avaliação dinâmica, interactiva e multidimensional das NEE, uma vez que pela sua estrutura e objectivos permite classificar não apenas os níveis de funcionalidade e incapacidade do indivíduo, como também os factores ambientais que podem funcionar como barreiras ou facilitadores dessa funcionalidade, implicando o envolvimento e o contributo de profissionais de diferentes áreas.

Sendo uma competência da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) o acompanhamento pedagógico do sistema educativo através da sua Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo (DSEEASE) foi elaborado um plano de formação em rede passível de responder às necessidades decorrentes da implementação deste novo paradigma de avaliação das NEE, abarcando, progressivamente, os diferentes intervenientes no processo que exercem as suas funções no contexto educativo/escolar.

Paralelamente à formação, e tendo como principal objectivo facilitar a disseminação da informação que lhe está associada, elaborou-se o presente documento de trabalho, o qual se encontra organizado em duas partes distintas: numa primeira parte é feita uma breve explicitação dos conceitos associados à CIF; numa segunda parte é feita referência à aplicação da CIF na área da avaliação das NEE no contexto educativo/escolar.

1.1 Sistema Internacional de Classificação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF, OMS,2001): explicitação de conceitos

A CIF está dividida em duas partes, cada uma com duas componentes:

Aspectos
estruturais da CIF

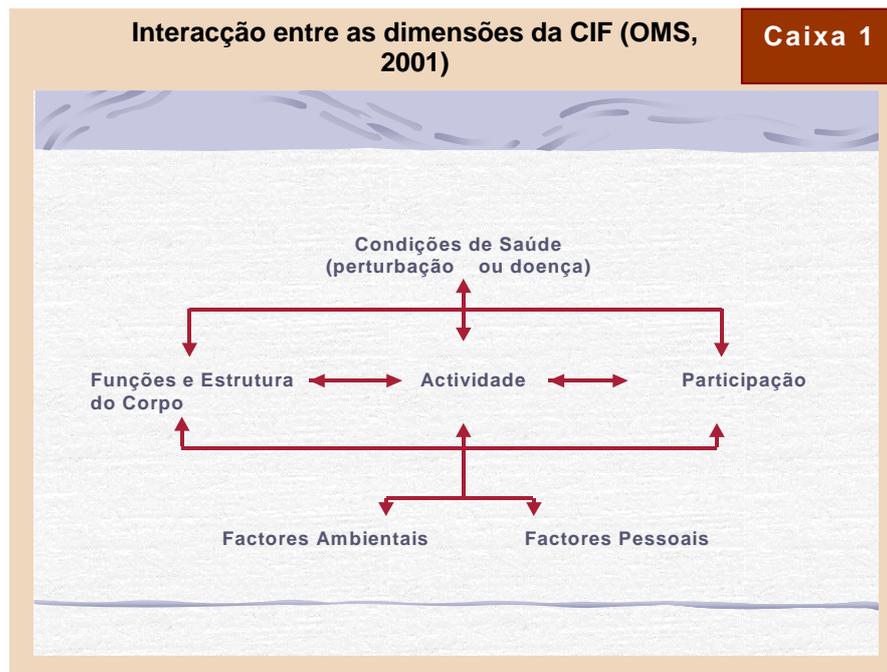
Parte 1. Funcionalidade e Incapacidade

- a) Funções e Estruturas do Corpo
- b) Actividades e Participação

Parte 2. Factores Contextuais

- a) Factores Ambientais
- b) Factores Pessoais

A funcionalidade de um indivíduo num domínio específico é uma interacção ou relação complexa entre a condição de saúde e os factores contextuais. Tal como se pode verificar na figura seguinte, existe uma interacção dinâmica entre estas entidades podendo uma intervenção num elemento modificar um ou vários outros elementos.



Cada componente contém vários capítulos e domínios. Em cada domínio há várias categorias e sub-categorias que constituem as unidades de classificação.

Os qualificadores são códigos numéricos que especificam a extensão ou magnitude da funcionalidade ou da incapacidade numa determinada categoria, ou em que medida um factor ambiental constitui um facilitador ou uma barreira.

A CIF utiliza o seguinte sistema alfa-numérico:

- b – funções do corpo
- s – estrutura do corpo
- d – actividade e participação
- e – factores ambientais

1º código numérico (um dígito) – capítulo

2º código numérico (dois dígitos) – categoria

3º código numérico (um dígito cada) – sub-categorias

Exemplo

Componente: Funções do Corpo

Capítulo 1 - Funções Mentais (Funções Mentais Específicas)

Caixa 2

b140 - Funções da Atenção

b1400 – manutenção da atenção

Todos os 3 componentes classificados na CIF são quantificados através de uma mesma escala genérica. Um problema pode significar uma deficiência, limitação, restrição ou barreira, dependendo do constructo.

xxx. 0 – Não há problema

xxx. 1 – Problema LIGEIRO

xxx. 2 – Problema MODERADO

xxx. 3 – Problema GRAVE

xxx. 4 – Problema COMPLETO

Componente: Funções do corpo

As **Funções do Corpo** são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos, incluindo as funções psicológicas. Esta componente está dividida em 8 capítulos com a seguinte denominação:

Componente das Funções do Corpo

Caixa 3

Capítulo 1	Funções mentais
Capítulo 2	Funções sensoriais e dor
Capítulo 3	Funções da voz e da fala
Capítulo 4	Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório
Capítulo 5	Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino
Capítulo 6	Funções genitourinárias e reprodutivas
Capítulo 7	Funções neuromusculoesqueléticas e funções relacionadas com o movimento
Capítulo 8	Funções da pele e estruturas relacionadas

As **deficiências** são problemas nas funções ou estruturas do corpo, tais como, um desvio ou perda significativos. As **deficiências** podem ser temporárias ou permanentes; progressivas, regressivas ou estáveis; intermitentes ou contínuas. As categorias da componente **Funções do Corpo** são quantificadas com um qualificador que indica a extensão ou

magnitude de deficiência, de acordo com a seguinte escala:

xxx.0	NENHUMA deficiência
xxx.1	Deficiência LIGEIRA
xxx.2	Deficiência MODERADA
xxx.3	Deficiência GRAVE
xxx.4	Deficiência COMPLETA
xxx.8¹	Não especificada
xxx.9²	Não aplicável

Os valores atribuídos devem ter como referência, sempre que possível, os valores *standard* da população.

Para aquelas **deficiências** que nem sempre podem ser observadas directamente (como é o caso das funções mentais), o utilizador pode inferir a **deficiência** a partir da observação do comportamento.

Componente: Actividade e Participação

Componente da
Actividade e
Participação

Actividade é a execução de uma tarefa ou acção por um indivíduo. **Participação** é o envolvimento numa situação de vida. Esta componente está dividida em 9 capítulos com a seguinte denominação:

Caixa 4

Capítulo 1	Aprendizagem e aplicação de conhecimentos
Capítulo 2	Tarefas e exigências gerais
Capítulo 3	Comunicação
Capítulo 4	Mobilidade
Capítulo 5	Auto cuidados
Capítulo 6	Vida doméstica
Capítulo 7	Interações e relacionamentos interpessoais
Capítulo 8	Áreas principais de vida
Capítulo 9	Vida comunitária, social e cívica

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Limitações de actividade são as dificuldades que um indivíduo pode encontrar na execução de actividades. **Restrições de**

participação são problemas que um indivíduo pode experimentar no envolvimento em situações reais da vida.

Os domínios para a componente **Actividade e Participação** estão incluídos numa lista única que cobre a faixa completa das áreas de vida. Esta componente pode ser utilizada para designar **a** “actividades”, **p** “participação” ou ambas. Segundo o critério do utilizador, o prefixo **d** pode ser substituído por **a** ou **p**, para designar “actividades” e “participação”, respectivamente. Os domínios deste componente podem ser classificados pelos qualificadores de *desempenho* (o que o indivíduo faz no ambiente de vida habitual) e *capacidade* (aptidão de um indivíduo para executar uma tarefa ou acção).

As categorias da componente **Actividade e Participação** são quantificadas através da seguinte escala:

xxx.0	NENHUMA dificuldade
xxx.1	Dificuldade LIGEIRA
xxx.2	Dificuldade MODERADA
xxx.3	Dificuldade GRAVE
xxx.4	Dificuldade COMPLETA
xxx.8¹	Não especificada
xxx.9¹	Não aplicável

Os valores atribuídos devem ter como referência, sempre que possível, os valores *standard* da população.

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Componente: Factores Ambientais

Componente dos
Factores
Ambientais

Os *factores ambientais* constituem o ambiente físico, social e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem sua vida. Esses factores são externos ao indivíduo e podem ter uma influência positiva ou negativa sobre o seu desempenho enquanto membro da sociedade, sobre a sua capacidade para executar acções ou tarefas, ou sobre as funções ou estruturas do corpo.

As influências positivas são consideradas *facilitadores* e as influências negativas *barreiras*. Um coeficiente (0 a 4) separado por um ponto indica uma barreira, enquanto que se estiver separado do código pelo sinal + indica um facilitador:

xxx.0	NENHUMA barreira	xxx+ 0	NENHUM facilitador
xxx.1	Barreira LIGEIRA	xxx+ 1	Facilitador LIGEIRO
xxx.2	Barreira MODERADA	xxx+ 2	Facilitador MODERADO
xxx.3	Barreira GRAVE	xxx+ 3	Facilitador GRAVE
xxx.4	Barreira COMPLETA	xxx+ 4	Facilitador COMPLETO
xxx.8	Barreira não especificada	xxx+ 8	Facilitador não especificado
xxx.9	Não aplicável	xxx+ 9	Não aplicável

Facilitadores são factores ambientais que, através da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem a incapacidade de uma pessoa. Estes factores incluem aspectos como um ambiente físico que seja acessível, disponibilidade de tecnologia apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas que visam aumentar o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas de vida.

Barreiras são factores ambientais que, através da sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam a incapacidade. Estes factores incluem aspectos como um ambiente físico inacessível, falta de tecnologia de assistência apropriada, atitudes negativas das pessoas em relação à incapacidade, bem como os serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas de vida.

Esta componente está dividida em 5 capítulos com a seguinte denominação:

	Caixa 5
Capítulo 1	Produtos e tecnologia
Capítulo 2	Ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo homem
Capítulo 3	Apoio e relacionamentos
Capítulo 4	Atitudes
Capítulo 5	Serviços, sistemas e políticas

Componente: Factores Pessoais

Componente dos Factores Pessoais

Os *Factores Pessoais* são o histórico particular da vida e do estilo de vida de um indivíduo e englobam as características do indivíduo que não são parte de uma condição de saúde ou de uma condição relacionada com a saúde. Esses factores podem incluir o *sexo, idade, outros estados de saúde, condição física, estilo de vida, hábitos, educação recebida, diferentes maneiras de enfrentar problemas, antecedentes sociais, nível de instrução, profissão, experiência passada e presente, padrão geral de comportamento, carácter, características psicológicas individuais e outras características*, todas ou algumas das quais podem desempenhar um papel na incapacidade em qualquer nível. Os *factores pessoais* não são classificados na CIF embora os utilizadores os possam incorporar nas suas aplicações da classificação.

1.2 Aplicação da CIF na área das NEE

1.2.1 Conceito de NEE

Conceito de NEE

A aplicação da CIF no processo de avaliação das NEE decorre do facto deste conceito, no contexto actual da Educação Especial, dever ser entendido numa perspectiva dinâmica, interactiva e multidimensional, compatível com os princípios e estruturas veiculado por este sistema de classificação.

O conceito de NEE foi introduzido pelo Warnock Report, em 1978, no Reino Unido, na sequência dos movimentos de integração que se faziam sentir, um pouco por toda a Europa os quais vieram pôr em causa, para efeitos da intervenção educativa, os sistemas de categorização das deficiências, colocando antes a tónica na avaliação das características individuais dos alunos e responsabilizando-se a escola regular pela activação de medidas e recursos educativos especializados adequados a cada situação específica. Neste contexto, o conceito de NEE abarca todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou incapacidades que se reflectem numa ou mais áreas de aprendizagem (Bairrão, 1998).

Este conceito foi adoptado no nosso país no final da década de 80 tendo, da década de 90, a publicação do Decreto-Lei 319/91, de 23 de Agosto, constituído um marco decisivo na garantia do direito de frequência das escolas regulares de muitos alunos que, até então, estavam a ser educados em ambientes segregados.

No entanto, e não obstante o carácter inovador e bem intencionado deste conceito, verifica-se que o mesmo ao abarcar um grupo muito heterogéneo de alunos, cujas dificuldades ou incapacidades podem ir de grau ligeiro a severo e cujas necessidades educativas podem ter um carácter mais ou menos prolongado, acaba por estar ainda muito centrado nos problemas dos alunos, não tendo em consideração muitos dos factores que lhe são extrínsecos e que podem constituir a causa primeira dessas dificuldades. Referimo-nos concretamente a problemas relacionados com todo o processo de escolarização, sendo que muitos dos alunos considerados com NEE poderão necessitar, acima de tudo, de um ensino de qualidade, pautado pelos princípios da flexibilização, adequação e estratégias de diferenciação pedagógica e não necessariamente de medidas de educação especial.

É neste contexto que, na sequência da publicação dos Decretos-Lei nº 6 e nº7 de 2001, relativos aos novos modelos de gestão curricular, respectivamente, nos ensinos básico e secundário, os quais circunscrevem a modalidade de Educação Especial aos alunos com NEE de carácter prolongado, a DGIDC avança com a seguinte definição deste conceito, numa perspectiva mais próxima dos actuais modelos de intervenção nesta área:

Definição de NEE
de carácter
prolongado

“Consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado aqueles que experienciam graves dificuldades no processo de aprendizagem e participação no contextos escolar, familiar e comunitário, decorrentes da interacção entre factores ambientais (físicos, sociais e atitudinais) e limitações de grau acentuado ao nível do seu funcionamento num ou mais dos seguintes domínios: sensorial (visão e audição); motor; cognitivo; comunicação, linguagem e fala; emocional e personalidade.”

Esta definição insere-se já num modelo dinâmico de interacção pessoa/ambiente, segundo o qual o grau de envolvimento e nível de desempenho nas actividades de cada indivíduo resulta das interacções e influências mútuas que constantemente se estabelecem entre o meio e a pessoa sendo necessário, por isso, estar atento às diferentes dimensões em análise.

Uma avaliação deste tipo remete-nos directamente para as questões relacionadas com a avaliação das NEE, numa perspectiva que contemple simultaneamente variáveis de diferentes naturezas e que tenha em consideração os resultados das interacções que entre elas se estabelecem.

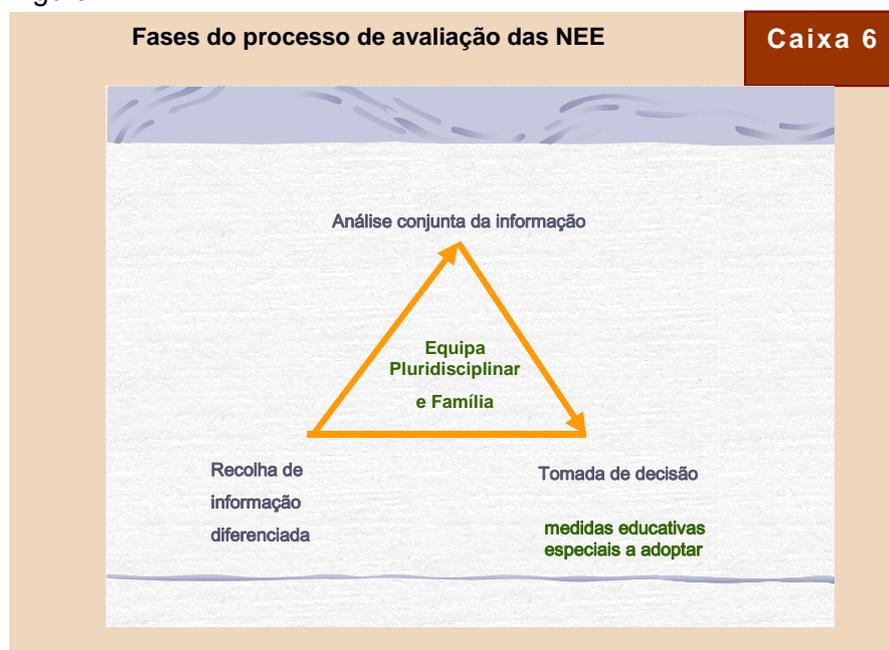
A CIF enquanto elemento facilitador do processo de avaliação das NEE

A CIF, pelos seus objectivos, estrutura e modos de aplicação, surge como um elemento facilitador de todo o processo de avaliação das NEE, na medida em que vai permitir, por um lado, uma linguagem unificada e padronizada, bem como uma estrutura de trabalho comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde e, por outro, vai contemplar uma série de componentes (*funções e estrutura do corpo, actividade e participação e factores contextuais*) que abarcam, numa perspectiva dinâmica, todas as dimensões relacionadas com as NEE.

1.2.2 Modos de operacionlização da CIF no processo de avaliação das NEE

A avaliação das NEE, como qualquer processo de avaliação, envolve três fases distintas que entre si se complementam de modo a formar um todo coerente, tal como podemos observar na figura.

Fases de avaliação das NEE



Neste contexto, a primeira questão que se coloca, é a de se saber se estamos perante uma situação que exija uma avaliação especializada efectuada por técnicos de diferentes formações para se aferir da necessidade de aplicação da modalidade de Educação Especial ou se, pelo contrário, estamos perante uma situação que não vai exigir essa avaliação. Para o efeito será necessário que, previamente, os elementos dos órgãos de gestão e coordenação do agrupamento, em articulação com os respectivos elementos dos serviços especializados de apoio educativo, analisem toda a informação já existente sobre o aluno e decidam sobre o percurso a seguir.

Constituição das equipas pluridisciplinares responsáveis pela avaliação das NEE

Caso se justifique uma avaliação especializada, terão que ser activados os mecanismos necessários para a constituição da equipa pluridisciplinar responsável pela mesma, devendo-se, neste caso, trabalhar numa óptica de rentabilização de recursos, uma vez que, como sabemos, não existem nos agrupamentos, equipas constituídas, à partida, para esse efeito.

Deste modo, as equipas deverão ser constituídas a partir das necessidades específicas de cada criança/jovem que vai ser avaliada, recorrendo-se quer aos profissionais que já interagem com os mesmos, quer a outros profissionais que exercem a sua intervenção na escola ou noutros serviços da comunidade e se encontram disponíveis para esse efeito, nomeadamente, docentes de ensino regular, profissionais dos serviços especializados de apoio educativo (docentes de educação especial, psicólogos e técnicos de serviço social), profissionais dos projectos de parceria estabelecidos ao abrigo das Portarias 1102/97 e 1103/97, profissionais das equipas de saúde escolar, etc.

1ª Fase – Recolha de informação

Planificação do processo de recolha de informação

Uma vez constituída a equipa, a qual deverá integrar igualmente elementos da família da criança/jovem, há que planificar conjuntamente toda a fase de recolha de informação diferenciada, de modo a não se perder tempo com recolha de informação sobreposta ou perder informação que pode vir a ser considerada pertinente. Nesta fase será necessário analisar, primeiramente, toda a informação que já existe sobre o aluno para, posteriormente, se poder decidir sobre as seguintes questões: *o que avaliar; quem avalia e como se avalia.*

O que avaliar

Relativamente à questão sobre *o que se pretende avaliar*, e uma vez que se tem por referência a CIF, torna-se evidente que essa mesma avaliação irá recair na identificação do perfil de funcionalidade do aluno relativamente *às funções e estrutura do corpo e à actividade e participação e nos factores ambientais* que poderão funcionar como barreiras ou facilitadores dessa mesma funcionalidade. Para o efeito, ter-se-ão que seleccionar, previamente, as categorias que, em cada componente, irão ser objecto de classificação, tendo por referência as categorias constantes na checklist e a condição específica de cada criança/jovem. Importa aqui realçar o facto de já poder existir informação suficiente para a classificação de algumas categorias, pelo que se terá que ter o cuidado de seleccionar, nesta fase, apenas as categorias para as quais vai ser necessário ou nova ou mais informação, assinalando-se as restantes categorias para a fase de análise conjunta da informação.

Quem avalia

No que diz respeito à questão de *quem avalia*, será importante ficar definido à partida qual a informação (e para que efeito) que cada um irá recolher, de modo a melhor se orientar todo o processo de recolha de informação e se impedir o confronto com informação sobreposta.

Como se avalia Quanto ao *modo de avaliar*, dever-se-á salvaguardar sempre o modo específico como cada profissional exerce as suas funções, não obstante se poder partilhar, em equipa, as fontes e os instrumentos de avaliação que vão ser utilizados no processo de recolha da informação pela qual, cada um, ficou responsável.

Para efeitos da planificação do processo de recolha de informação foi efectuado um documento de trabalho (ver anexo1) intitulado *Roteiro de Avaliação* que contempla a descrição da situação actual do aluno, bem como, a identificação dos elementos da equipa pluridisciplinar que irá proceder à avaliação e, ainda, a selecção das categorias relativas a cada componente da CIF que irão ser objecto de classificação e aspectos relativos ao modo como cada elemento da equipa pluridisciplinar irá proceder à recolha da informação necessária a essa mesma classificação.

2ª Fase – Análise conjunta da informação

Descrição do perfil de funcionalidade do aluno

Uma vez na posse da informação que já existia sobre o aluno e daquela que foi recolhida por diferentes técnicos, será necessário proceder-se à análise conjunta da mesma de modo a se poder definir o perfil de funcionalidade do aluno o qual é composto por duas componentes que entre si se complementam: uma de carácter mais descritivo e que nos dá o perfil *intraindividual* do aluno e outra, de carácter mais normativo, que permite determinar o seu perfil *interindividual*.

A descrição do perfil *intraindividual* do aluno é determinante em termos da planificação da intervenção educativa uma vez que permite sintetizar a informação mais relevante, relativa a cada um dos componentes, permitindo-nos determinar com alguma exactidão, o que o aluno já sabe e é capaz de fazer em determinadas condições, e o que poderemos fazer para o levar a alcançar níveis superiores de desempenho.

A elaboração desta síntese descritiva constitui um momento privilegiado para a partilha de informação diferenciada, recolhida por diferentes técnicos, dando-se assim a oportunidade para a abertura de canais de comunicação imprescindíveis para um trabalho de equipa de natureza transdisciplinar.

O perfil *interindividual* do aluno, por seu lado, permite calcular a discrepância existente entre o nível de desempenho actual de um aluno com determinadas problemáticas e o desempenho esperado para os seus pares da mesma faixa etária e sem essas problemáticas, bem como a natureza e dimensão das barreiras que se colocam à sua aprendizagem e participação, para podermos inferir sobre as possibilidades de minimizar os efeitos das mesmas em função das potencialidades do aluno e das características da intervenção. É esta componente do perfil do aluno que se prende directamente com o preenchimento da *checklist* composta pelas categorias previamente seleccionadas e que constituem, cada uma delas, objecto de classificação.

O preenchimento da *checklist* ficará facilitada se efectuarmos uma “análise de conteúdo” da síntese descritiva acima referenciada, partindo-se dos *indicadores* encontrados e dos nossos *referentes* para a atribuição dos respectivos *qualificadores*.

Esses *referentes* terão por base, consoante as categorias a classificar, as etapas de desenvolvimento em diferentes áreas, os objectivos curriculares de cada ano e ciclo de escolaridade ou, ainda, as condições ambientais consideradas mais adequadas para uma efectiva melhoria da funcionalidade presente do indivíduo.

Verificamos assim que, numa perspectiva partilhada, estas duas componentes do perfil do aluno vão permitir a toda a equipa estar mais apta para a fase de tomada de decisões, quer para efeitos da planificação da intervenção educativa, quer para efeitos da tipificação das NEE.

3ª Fase – Tomada de Decisões

Planificação da intervenção educativa

A tomada de decisões para efeitos da *planificação da intervenção educativa*, deverá igualmente ser uma decisão tomada conjuntamente tendo por base o perfil de funcionalidade do aluno efectuado a partir dos pressupostos acima referenciados, devendo, numa perspectiva inclusiva, constituir o currículo do regime educativo comum o marco regulador de todas as modificações a introduzir no processo de ensino e de aprendizagem, através da aplicação das medidas de educação especial consideradas mais adequadas.

Para efeitos do registo dos dados de avaliação foi efectuado um documento de trabalho (ver anexo2) que contempla o registo da síntese descritiva e da checklist para cada componente da CIF, bem como, as tomadas de decisão relativamente as medidas do regime educativo especial a aplicar para cada situação.

2. Organização da Intervenção Educativa

2.1 Conceito de currículo

Diferentes concepções de currículo

O conceito de currículo tem tido ao longo dos tempos diversas concepções, umas mais restritas e outras mais abrangentes, sugerindo-nos perspectivas e abordagens diferenciadas.

Ribeiro (1999:13) apresenta a seguinte definição de currículo “*modo de transmitir de geração em geração o conjunto acumulado do saber humano, sistematicamente organizado e tradicionalmente consagrado em matérias ou disciplinas fundamentais.*” Zabalza (2001:12) define currículo como o “*conjunto de pressupostos de partida, das metas que se deseja alcançar e dos passos que se dão para as alcançar: é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc. que são considerados importantes para serem trabalhados na escola ano após ano .*”

Para Roldão (2001) currículo na escola é entendido como o conjunto de aprendizagens sociais, funcionais, linguísticas, éticas que se vão alterando ao longo do tempo, de acordo com as mudanças de situação, de interesses e de necessidades.

Os diferentes conceitos de currículo exprimem, a história política e social de um povo, fornecendo informações acerca da evolução da sociedade. Daqui se pode depreender que o conceito de currículo tenha sofrido alterações ao longo do tempo, susceptível a vários factores, sendo uma construção social, no sentido em que se reflecte nas aprendizagens que se consideram importantes para um grupo numa determinada época.

De natureza polissémica, o currículo é um conceito que admite múltiplas interpretações, relacionando-se sempre com o conjunto de aprendizagens consideradas necessárias num determinado contexto e tempo e à organização adoptada para as desenvolver ou concretizar.

Num sentido mais restrito o currículo pode ser entendido como programa (enquanto listagem de conteúdos ou de matérias), ou como plano de estudos (englobando os diferentes programas de um curso ou ciclo de estudos ou até do sistema global de ensino). Este compreende os objectivos a atingir, reporta-se a necessidades educativas e engloba actividades, métodos e meios de ensino - aprendizagem, não deixando de fora sequer os próprios processos de avaliação dos alunos.

Em Portugal, o currículo enquanto campo de estudo emergiu recentemente, embora tenha adquirido uma importância crescente na educação.

Durante muito tempo o modelo de currículo que prevaleceu pressupunha uma concepção mais restrita, sendo conotado com programa. Este era concebido, a nível central, era aplicado pelos professores, independentemente, dos contextos onde as práticas se desenvolviam. Este tipo de currículo, foi posto em causa, pois mostrava um desfasamento entre os objectivos planeados e aqueles que eram, verdadeiramente, atingidos. A massificação do ensino, devido à escolaridade obrigatória, evidenciou a individualidade do ensino, mostrando que não era possível, ensinar todos os alunos da mesma maneira, devendo diferenciar os processos de ensino/aprendizagem.

Assim, foram-se tomando medidas no sentido da abertura do currículo, devendo este ser entendido como um projecto integrado construído tendo por base a reflexão, a investigação e a colaboração, que engloba as experiências do aluno planificadas e conduzidas pela escola, o resultado da sua implementação, sendo estes processos imprescindíveis para tornar as aprendizagens mais integradas, significativas e relevantes, face à diversidade dos alunos que caracteriza a escola actual.

Nesta perspectiva Ribeiro (1990:17), define o currículo como o *“conjunto de experiências de aprendizagem planeadas bem como de resultados de aprendizagem previamente definidos, formulando-se umas e outras mediante a reconstrução sistemática de experiência e conhecimentos humanos, sob os auspícios da escola e em ordem ao desenvolvimento permanente do educando nas suas competências pessoais e sociais.”*

Nesta concepção de currículo estão integradas quer o que se pode planear, quer as vivências, num processo dinâmico, com vista ao desenvolvimento integral do aluno.

O trabalho desenvolvido pelos docentes, a nível de escola e em articulação com a comunidade em que se insere, é fundamental no processo de desenvolvimento curricular, tornando-se, assim, claro o papel central que o professor assume na gestão e na construção das aprendizagens pretendidas para todos os alunos.

2.2 A organização da resposta educativa para alunos com NEE de carácter prolongado: considerações gerais

Organização da resposta educativa a alunos com NEE de carácter prolongado numa perspectiva inclusiva

A organização da resposta educativa para alunos com NEE de carácter prolongado deve ser encarada no âmbito de uma gestão curricular flexível que permita uma progressiva adequação do currículo nacional ao contexto de cada escola, de cada turma e de cada aluno em particular, devendo ter sempre por base os dados obtidos através de uma avaliação abrangente, compreensiva e fundamentada dessas mesmas NEE, tal como foi referido no ponto 1 deste capítulo.

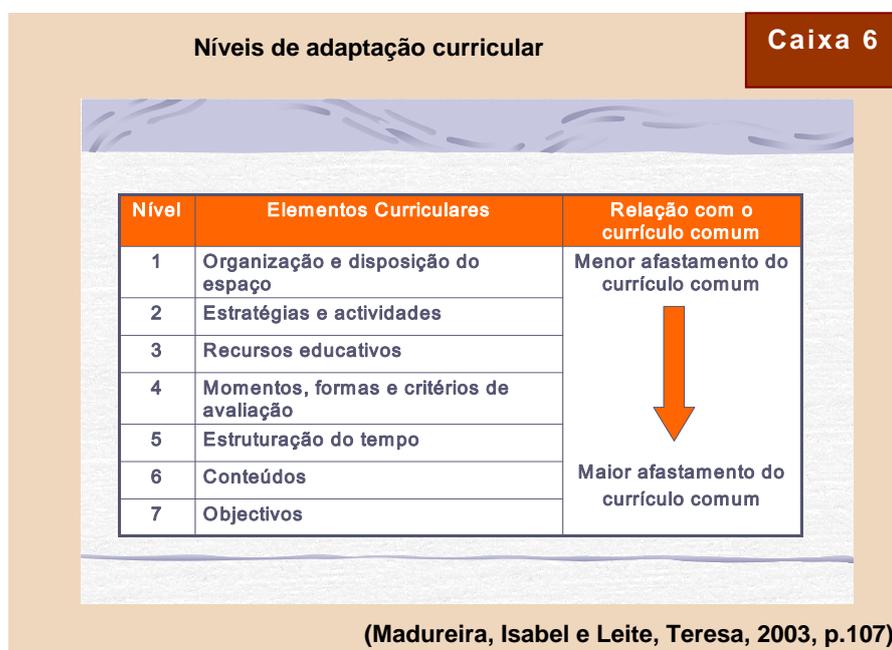
Uma avaliação deste tipo permitir-nos-á assim avançar para uma planificação da intervenção educativa numa perspectiva cada vez mais inclusiva na medida em que, ao não se centrar exclusivamente nos problemas dos alunos e ao permitir pôr em causa uma série de factores de natureza contextual, facilitará uma eventual reestruturação dos mesmos com base num ensino pautado pelos princípios da *diferenciação*, *adequação* e *flexibilização* os quais vão ao encontro de um ensino de qualidade para todos os alunos.

Tais princípios terão que ser operacionalizados através de estratégias de *diferenciação pedagógica* as quais se traduzem, *grosso modo*, pela regulação individualizada dos processos e itinerários de aprendizagem o que passa pela selecção apropriada de métodos de ensino adequados às estratégias de aprendizagem de cada aluno em situação de grupo, o que vai exigir de cada professor a capacidade de pôr em prática uma grande diversidade de actividades, métodos e estratégias que contemplem desde o grande grupo ao aluno individual e que requerem diferentes formas de organização do espaço, do tempo e dos materiais.

No caso dos alunos identificados com NEE de carácter prolongado, as modificações a introduzir nos respectivos processos de ensino/aprendizagem ir-se-ão inserir, por um lado, no âmbito das estratégias de diferenciação pedagógica acima referenciadas e, por outro, na introdução de medidas do regime educativo especial as quais implicam, necessariamente, modificações mais profundas no currículo comum.

Adaptações curriculares para alunos com NEE de carácter prolongado

Para o efeito terão que se ter em consideração os componentes essenciais do currículo passíveis de serem sujeitos a modificações, devendo estas partir sempre de um menor para um maior afastamento do currículo comum, ou seja, de adequações ligeiras ao nível da organização e disposição do espaço, até adequações mais profundas ao nível dos objectivos e conteúdos, passando por adequações ao nível das estratégias e das actividades a desenvolver, dos recursos educativos a afectar, dos momentos, formas e critérios de avaliação a utilizar e a estruturação do tempo dedicado às aprendizagens, conforme se pode observar na figura seguinte:



A elaboração deste tipo de adequações vai exigir aos responsáveis pelas mesmas, o conhecimento profundo da estrutura e dos conteúdos do Currículo Nacional, ou seja, das competências, gerais e específicas, que se espera que todos os alunos desenvolvam ao longo dos vários anos e ciclos de escolaridade, de modo a melhor se poder efectuar, por um lado, o cálculo da discrepância existente entre o desempenho actual dos alunos para os quais se vão efectuar as referidas adequações curriculares e o que seria esperado tendo em consideração a faixa etária dos mesmos e, por outro, o tipo e o nível de adequações a efectuar.

Aspectos a considerar na aplicação da modalidade de Educação Especial

A aplicação da modalidade de Educação Especial passa assim a ter que ser equacionada com base num processo sério e rigoroso de recolha e análise de informação diferenciada passível de se determinar com exactidão os seguintes aspectos: (i) dificuldades acentuadas do aluno em aceder ao estabelecido no projecto curricular de turma; (ii) necessidade de intervenção de profissionais especializados, nomeadamente, docentes de educação especial; (iii) necessidade de aprendizagem de técnicas ou conteúdos curriculares específicos (ex: Braille; língua gestual portuguesa; competências sócio-cognitivas); (iv) necessidade de alterações das condições de frequência e de avaliação; (v) necessidade de redução do número de alunos na turma.

Adaptações curriculares ao nível dos objectivos e conteúdos

As adaptações ao nível dos objectivos e conteúdos são, de facto, aquelas que vão exigir alterações mais profundas no currículo comum podendo as mesmas traduzir-se na substituição, eliminação e/ou introdução dos referidos objectivos e conteúdos pelo que, por vezes, se torna necessário recorrer a outro tipo de currículos para estruturar a resposta educativa ao aluno. Nestas circunstâncias, o currículo regular deixa de constituir a única e/ou principal referência no âmbito da selecção dos objectivos e conteúdos mais adequados aos alunos, tornando-se necessário ter em consideração as diferentes perspectivas curriculares com as quais, a este nível, nos podemos confrontar.

No nosso país, tem sido sobretudo ao nível da organização da resposta educativa para crianças e jovens com limitações intelectuais acentuadas que mais se tem investido relativamente à elaboração de currículos específicos/especiais, estando estes geralmente enquadrados num dos seguintes modelos: o modelo curricular desenvolvimentalista e o modelo curricular funcional.

Currículos de
modelo
desenvolvimentalista

Os currículos de modelo desenvolvimentalista têm por base a “teoria dos estádios” desenvolvendo-se o currículo da “base para o topo”, acompanhando-se os pequenos passos que constituem a evolução do desenvolvimento humano¹. Deste modo considera-se que a ordem lógica que deverá presidir à elaboração do conteúdo curricular dos alunos é a do desenvolvimento normal, constituindo muitas das aquisições efectuadas ao longo do processo evolutivo infantil, os pré-requisitos de outras que se lhe seguem, não devendo haver alteração nessa ordem.

De um modo geral, os currículos desta natureza encontram-se subdivididos pelas diferentes áreas de desenvolvimento (desenvolvimento perceptivo, motor, cognitivo, das relações interpessoais, da comunicação e da autonomia pessoal, entre outros), sendo cada área, por sua vez, subdividida em objectivos gerais e específicos, bem como pelas actividades em relação às quais se determinam as competências exigidas para as realizar.

Currículos de
modelo funcional

Os currículos de modelo funcional, por seu turno, baseiam-se essencialmente na análise dos ambientes de vida da criança e do jovem com deficiência e das competências necessárias ao seu funcionamento o mais autónomo e eficiente possível nesses mesmos ambientes.

¹ Brown, 1979; cit in: Bénard da Costa et al., 1996

Tratam-se de currículos estruturados do “topo para a base” podendo ser definidos como “*currículos que têm como objectivo facilitar o desenvolvimento das competências essenciais à participação numa variedade de ambientes integrados*”¹. As áreas em que os currículos de modelo funcional se subdividem prendem-se com os ambientes onde decorre a vida de todos os indivíduos, nomeadamente, e de acordo com Brown², as áreas da Casa, da Comunidade, da Escola, da Recreação e do Lazer e do Trabalho.

Após se delinear e inventariar os ambientes e sub-ambientes em que os alunos funcionam ou podem vir a funcionar no futuro, torna-se necessário seleccionar as actividades de aprendizagem que melhor poderão proporcionar o desenvolvimento de competências funcionais. Na selecção dessas actividades, e de acordo com Brown³ deveremos ter por base, entre outros, aos seguintes critérios: funcionalidade; adequação à idade cronológica; aumento do número de ambientes e do contacto social; possibilidade de prática; utilidade na vida adulta e correspondência às expectativas dos pais e interesses do aluno.

Papel do docente de educação especial na organização da resposta educativa a alunos com NEE de carácter prolongado

Em todo o processo de adequação do Currículo Nacional às necessidades educativas especiais evidenciadas pelos alunos, e sobretudo no que se refere às adequações de carácter mais profundo, o papel do docente de educação especial assume uma particular importância uma vez que este tem como principal função, no âmbito do agrupamento de escolas a que pertence, participar na organização, gestão e implementação de recursos e medidas diferenciadas a introduzir no processo de ensino e de aprendizagem de crianças e jovens com NEE de carácter prolongado.

¹Falvey, 1989; cit in: Costa et al., 1996; ² Brown 1979, cit in: Costa et al., 1996; ³ Brown 1986

A sua acção deverá assim ser encarada numa perspectiva transversal, abarcando os vários níveis de educação e ensino, integradora das aprendizagens e conhecimentos dos alunos nos diferentes contextos educativos.

Neste sentido, encontrar-se-á numa posição privilegiada para, em função da especificidade de cada situação, participar activamente no processo de identificação e implementação de respostas educativas diferenciadas em contextos integrados e promissores de uma efectiva aprendizagem e participação de todos os alunos.

Para o efeito dever-se-á ter por base toda uma série de possibilidades deixadas em aberto por uma intervenção flexível que contemple, entre outros, os seguintes aspectos: (i) eficaz gestão e optimização dos recursos existentes na escola e na comunidade envolvente; (ii) implementação de um trabalho cooperativo entre os diferentes intervenientes no processo educativo dos alunos; (iii) alargamento da intervenção directa a uma grande diversidade de contextos educativos, nomeadamente, salas de aula, salas de apoio, unidades especializadas, domicílios e outros espaços da comunidade.

Referências Bibliográficas:

- Bénard da Costa, A.M.; Leitão, F.R.; Santos, J.; Pinto, J.V.; Fino, M.N. (1996). *Currículos Funcionais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Brown, L. et al (1986). The « Why Question » in Instructional Programs for People who are Severely Intellectually Disable. In: Bredidian e S. Calculator (Eds) *Communication Assessment and Intervention for Adults with Mental Retardation*, 139-153. San Diego: College Hill Press.
- Madureira, I.; Leite, T (2003). *Necessidades Especiais de Educação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- OMS (2001). *Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)* . Lisboa: Direcção Geral de Saúde.
- Ribeiro, A . C. (1999). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Texto Editores.
- Roldão, M. C. (1999). *Gestão Curricular: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Zabalza, M. (2001). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições Asa.

Anexo 1

Roteiro de Avaliação

PLANIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
(recolha de informação por referência à CIF)



ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Ano de Escolaridade: ____ J.I. / Escola: _____

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO ALUNO

Large empty rectangular box for describing the student's situation.

EQUIPA PLURIDISCIPLINAR	
Nome	Função/serviço a que pertence

O QUE AVALIAR ?					
Funcionalidade e Incapacidade					
	Capítulos	Categorias			
		Código	Descrição	Dados já existentes	Informação a recolher
Componente: Funções do corpo					

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

O QUE AVALIAR ?					
Funcionalidade e Incapacidade					
	<i>Capítulos</i>	<i>Categorias</i>			
		<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dados já existentes</i>	<i>Informação a recolher</i>
<i>Componente: Actividade e participação</i>					

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

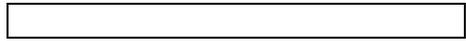
O QUE AVALIAR ?					
Factores Contextuais					
	<i>Capítulos</i>	<i>Categorias</i>			
		<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dados já existentes</i>	<i>Informação a recolher</i>
<i>Componente: Factores ambientais</i>					

<i>Outros factores contextuais relevantes, incluindo factores pessoais</i>		
----------------------------------------------------------------------------	--	--

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO

Responsável pela recolha da informação:

<i>COMO AVALIAR ?</i>				
Componentes	Categorias	Fonte de informação	<i>Instrumentos a usar</i>	Calendarização
Funções do Corpo				
Actividade Participação				
Factores Ambientais				



Anexo 2

Resultados da Avaliação

--

Avaliação das Necessidades Educativas Especiais
Resultados da avaliação

Nome: _____ Idade: ____ Ano de escolaridade: _____

PERFIL DE FUNCIONALIDADE

1. Síntese Descritiva

	Funções do Corpo
	Actividade e Participação
	Factores Ambientais
	Factores Pessoais

2. Checklist

Funções do Corpo

Nota: Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhuma deficiência; **1-** Deficiência ligeira; **2-** Deficiência moderada **3-** Deficiência grave; **4-** Deficiência completa; **8-** Não especificada¹; **9-** Não aplicável²

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Funções Mentais							
<i>(Funções Mentais Globais)</i>							
b110 Funções da consciência							
b114 Funções da orientação no espaço e no tempo							
b117 Funções intelectuais							
b122 Funções psicossociais globais							
b126 Funções do temperamento e da personalidade							
b134 Funções do sono							
<i>(Funções Mentais Específicas)</i>							
b140 Funções da atenção							
b144 Funções da memória							
b147 Funções psicomotoras							
b152 Funções emocionais							
b156 Funções da percepção							
b164 Funções cognitivas de nível superior							
b167 Funções mentais da linguagem							
b172 Funções do cálculo							
Capítulo 2 – Funções sensoriais e dor							
b210 Funções da visão							
b215 Funções dos anexos do olho							
b230 Funções auditivas							
b235 Funções vestibulares							
b250 Função gustativa							
b255 Função olfactiva							
b260 Função proprioceptiva							
b265 Função táctil							
b280 Sensação de dor							
Capítulo 3 – Funções da voz e da fala							
b310 Funções da voz							
b320 Funções de articulação							
b330 Funções da fluência e do ritmo da fala							
Capítulos 4 - Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório							
b410 Funções cardíacas							
b420 Funções da pressão arterial							
b429 Funções cardiovasculares, não especificadas							
b430 Funções do sistema hematológico							
b435 Funções do sistema imunológico							
b440 Funções da respiração							

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 5 – Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólicos e endócrino							
b515 Funções digestivas							
b525 Funções de defecção							
b530 Funções de manutenção do peso							
b555 Funções das glândulas endócrinas							
Capítulo 6 – Funções genitourinárias e reprodutivas							
b620 Funções miccionais							
Capítulo 7 – Funções neuromusculoesqueléticas e funções relacionadas com o movimento							
b710 Funções relacionadas com a mobilidade das articulações							
b715 Estabilidade das funções das articulações							
b730 Funções relacionadas com a força muscular							
b735 Funções relacionadas com o tónus muscular							
b740 Funções relacionadas com a resistência muscular							
b750 Funções relacionadas com reflexos motores							
b755 Funções relacionadas com reacções motoras involuntárias							
b760 Funções relacionadas com o controle do mov. voluntário							
b765 Funções relacionadas com o controle do mov. Involuntário							
b770 Funções relacionadas com o padrão de marcha							
b780 Funções relacionadas c/ os músculos e funções do mov.							
Outras funções corporais a considerar							

Actividade e Participação

Nota: Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação ao nível do desempenho (o que o indivíduo faz no ambiente de vida habitual, de acordo com os seguintes qualificadores:
0- Nenhuma dificuldade; **1-** Dificuldade ligeira; **2-** Dificuldade moderada **3-** Dificuldade grave; **4-** Dificuldade completa; **8-** Não especificada³; **9-** Não aplicável⁴

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Aprendizagem e Aplicação de Conhecimentos							
d110 Observar							
d115 Ouvir							
d130 Imitar							
d140 Aprender a ler							
d145 Aprender a escrever							
d150 Aprender a calcular							
d155 Adquirir competências							
d160 Concentrar a atenção							
d163 Pensar							
d166 Ler							
d170 Escrever							
d172 Calcular							
d175 Resolver problemas							
d177 Tomar decisões							

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 2 – Tarefas e exigências gerais							
d210 Levar a cabo uma tarefa única							
d220 Levar a cabo tarefas múltiplas							
d230 Levar a cabo a rotina diária							
Capítulo 3 – Comunicação							
d310 Comunicar e receber mensagens orais							
d315 Comunicar e receber mensagens não verbais							
d325 Comunicar e receber mensagens escritas							
d330 Falar							
d335 Produzir mensagens não verbais							
d340 Produzir mensagens na linguagem formal dos sinais							
d345 Escrever mensagens							
d350 Conversação							
d355 Discussão							
d360 Utilização de dispositivos e de técnicas de comunicação							
Capítulo 4 – Mobilidade							
d410 Mudar as posições básicas do corpo							
d415 Manter a posição do corpo							
d420 Auto-transferências							
d430 Levantar e transportar objectos							
d435 Mover objectos com os membros inferiores							
d440 Actividades de motricidade fina da mão							
d445 Utilização da mão e do braço							
d450 Andar							
d455 Deslocar-se							
Capítulo 5 – Auto-cuidados							
d510 Lavar-se							
d520 Cuidar de partes do corpo							
d530 Higiene pessoal relacionada com as excreções							
d540 Vestir-se							
d550 Comer							

³ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da dificuldade.
⁴ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

d560 Beber									
Capítulo 6 – Vida doméstica									
d620 Adquirir bens e serviços									
d630 Preparar refeições									
d640 Realizar o trabalho doméstico									
d650 Cuidar dos objectos domésticos									
Capítulo 7 – Interações e relacionamentos interpessoais									
d710 Interações interpessoais básicas									
d720 Interações interpessoais complexas									
d730 Relacionamento com estranhos									
d740 Relacionamento formal									
d750 Relacionamentos sociais informais									
Capítulo 8 – Áreas principais da vida									
d815 Educação infantil									
d820 Educação escolar									
d825 Formação profissional									
Capítulo 9 - Vida comunitária, social e cívica									
d910 Vida comunitária									
d920 Recreação e lazer									
Outros aspectos da Actividade e Participação a considerar									

Factores Ambientais

Nota: Podem ser tidas em consideração todas as categorias ou apenas aquelas que se considerem mais pertinentes em função da condição específica da criança/jovem. As diferentes categorias podem ser consideradas enquanto barreiras ou facilitadores. Assinale, para cada categoria, com (.) se a está a considerar como barreira ou com o sinal (+) se a está a considerar como facilitador. Assinale com uma cruz (X), à frente de cada categoria, o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:
0- Nenhum facilitador/barreira **1-** Facilitador/barreira ligeiro; **2- Facilitador/barreira** moderado **3-** Facilitador/barreira grave; **4-** Facilitador/barreiracompleto; **8-** Não especificada; **9-** Não aplicável

Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Produtos e Tecnologia								
e110 Para consumo pessoal (<i>alimentos, medicamentos</i>)								
e115 Para uso pessoal na vida diária								
e120 Para facilitar a mobilidade e o transporte pessoal								
e125 Para a comunicação								
e130 Para a educação								
e135 Para o trabalho								
e140 Para a cultura, a recreação e o desporto								
e150 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios de utilização pública								
e155 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios para uso privado								
Capítulo 2 – Ambiente Natural e Mudanças Ambientais feitas pelo Homem								
e225 Clima								
e240 Luz								
e250 Som								
Capítulo 3 – Apoio e Relacionamentos								
e310 Família próxima								
e320 Amigos								
e325 Conhecidos, pares, colegas, vizinhos e membros da comunidade								
e330 Pessoas em posição de autoridade								
e340 Prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais								
e360 Outros profissionais								
Capítulo 4 – Atitudes								
e410 Atitudes individuais dos membros da família próxima								
e420 Atitudes individuais dos amigos								
e425 Atitudes individuais de conhecidos, pares, colegas e membros da comunidade								
e440 Atitudes individuais de prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais								
e450 Atitudes individuais de profissionais de saúde								
e465 Normas, práticas e ideologias sociais								
Capítulo 5 – Serviços, Sistemas e Políticas								
e515 Relacionados com a arquitectura e a construção								
e540 Relacionados com os transportes								
e570 Relacionados com a segurança social								
e575 Relacionados com o apoio social geral								
e580 Relacionados com a saúde								
e590 Relacionados com o trabalho e o emprego								
e595 Relacionados com o sistema político								
Outros factores ambientais a considerar								

TOMADAS DE DECISÃO

1. Necessidade de educação especial (assinale com uma cruz)

a) Não se confirma a necessidade de uma intervenção especializada de educação especial

b) Confirma-se a necessidade de uma intervenção especializada de educação especial

1.1 Se assinalou a opção b) identifique e fundamente a intervenção especializada de educação especial (medidas e recursos):

1.2 Se assinalou a opção b) assinale com uma cruz a categoria de NEE, tendo em consideração a limitação mais acentuada ao nível do seu funcionamento nos diferentes domínios

Tipificação das NEE								
Sensorial			Motor	Cognitivo	Emocional	Saúde física	Comunicação, fala e linguagem	Cognitivo, Motor e / Sensorial
Audição	Visão	Audição e visão						

Data: ____ / ____ / ____

Assinaturas dos intervenientes:

